

EDITAL N.º 61/2026

ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Faz público que, em 26 de janeiro de 2026, pela Senhora Diretora do Departamento de Habitação Municipal, Dr.ª Carla Rocha, foram subdelegadas competências, na Senhora Chefe da Divisão de Gestão Social da Habitação, Dr.ª Maria Júlia Silva Marques, através do despacho interno n.º 44/2026 e que a seguir se transcreve:

“Através do Despacho Interno n.º 3/DMOGAH/2025, de 15 de dezembro, foram subdelegados pela Senhora Diretora Municipal, Eng.ª Fátima Rabuge, um conjunto de competências destinadas a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

No âmbito dos poderes que me foram conferidos, e ao abrigo do disposto nos artigos 46.º a 50.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual e do artigo 38.º do RJAL, subdelego na **Chefe de Divisão de Gestão Social da Habitação, Dra. Maria Júlia Silva Marques**, as seguintes competências:

A. Gestão Social da Habitação

Implementar a política municipal de habitação, contribuindo para o desenvolvimento social e habitacional do município, visando minimizar as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida, o habitat urbano e a coesão social e gerir o património habitacional municipal, incluindo a alienação e arrendamento de fogos, nomeadamente:

1. Propor os planos de amortização de dívidas de renda de habitação social, relativas a arrendatários municipais, que abranjam o período máximo de 24 meses;
2. Proceder à prática dos atos preparatórios e instrumentais com vista ao despejo sumário por via administrativa dos ocupantes das habitações sociais, cedidas em regime de arrendamento social, propriedade do Município;
3. Propor, nos termos da lei, a transferência dos arrendatários municipais e respetivos agregados para fogos de tipologia adequada, nos casos em que existe subocupação ou sobreocupação da habitação arrendada;
4. Decidir sobre os atos de gestão corrente do parque habitacional.

B. No domínio da gestão corrente

1. Assinar correspondência ou expediente necessário à mera instrução dos processos e prestar informação geral;
2. Autorizar a emissão de certidões e fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processo ou documentos constantes de processos arquivados e que careça de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
3. Promover medidas de desmaterialização e simplificação administrativa que agilizem a tramitação dos processos de habitação municipal, bem como o Sistema Integrado de Gestão, em matéria de Gestão Social da Habitação e que correm pela DGSH, em estreita articulação com o DGO;
4. Praticar todos os atos de gestão corrente necessários ao normal funcionamento da DGSH;
5. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória da subdelegante;
6. Apresentar mensalmente à signatária lista de todos os pedidos de reparação/manutenção, com identificação dos fogos (tipologia e bairros), bem como a indicação da respetiva resolução por parte da DPCH.

C. No domínio da despesa pública

No âmbito das competências ora subdelegadas, e tendo em consideração os limites estabelecidos pelo Senhor Presidente da Câmara no Despacho n.º 93/2025, de 2 de dezembro, fica a Chefe de Divisão autorizada a realizar despesa no âmbito de procedimentos pré-contratuais para locação e aquisição de bens móveis e serviços, proceder à decisão de contratar e praticar os demais atos relacionados com aquela decisão e necessários à instrução e desenvolvimento dos respetivos procedimentos e execução dos contratos nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação aplicável, até ao limite de € 5.000 (cinco mil euros).

D. Em matéria de recursos humanos

1. Autorizar o gozo de férias, bem como, a acumulação até ao limite de 10 dias para o ano civil imediato, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
2. Justificar e injustificar faltas;
3. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, nos termos da lei, disposições internas em vigor e dentro dos limites orçamentais definidos;
4. Decidir, nos termos da lei e regulamento em vigor, em matéria de organização e horário de trabalho a praticar pelos trabalhadores, à exceção do regime de teletrabalho.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data, podendo, no entanto, ser avocadas as competências nele previstas, sempre que a relevância do ato a praticar justifique que o mesmo seja tomado pela entidade subdelegante.

Nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos administrativos praticados pela subdelegada entre o dia 16 de dezembro de 2026 e a data da assinatura do presente despacho, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências."

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

Paços do Concelho, 27 de janeiro de 2026

O Presidente